



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ

TRE/AP  
Fls. \_\_\_\_\_

(minuta) EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019  
Disponível em: [www.tre-ap.jus.br/transparencia/licitacoes/lista-de-licitacoes](http://www.tre-ap.jus.br/transparencia/licitacoes/lista-de-licitacoes)

PA. nº 0001223-90.2019.6.03.8000  
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, sediado na Avenida Mendonça Júnior, 1502, Centro, Macapá/AP torna público que realizará licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, em atendimento à solicitação da SAGEC/TREAP, para **prestação de serviços de seguro automotivo**. A licitação será regida pelas Leis n.ºs 10.520/2002, 8.666/93, Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), 12.440/2011 e Lei 12.846/2013 (Lei anticorrupção), Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, Decretos n.ºs 3.555/2000, 5.450/2005, 3.784/2001 (altera o decreto 3.555/00) e Decreto nº 8.538/2015 e alterações posteriores, **Art. 2º, inciso VI, da Resolução nº 7 de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016 e Acórdão TCU nº 1.893/2010 - Plenário**, e IN nº 02/2008 e IN nº 05/2017 SLTI, e Resolução CNJ n. 156/2012.

### DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 03 de julho de 2019  
HORÁRIO: 14:00h (horário de Brasília/DF)  
ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)  
CÓDIGO UASG: 070029

### SEÇÃO I - DO OBJETO

1. A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL (COBERTURA COMPREENSIVA, ISTO É, SEGURO TOTAL CONTRA COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO OU FURTO), COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS, DE 30 (TRINTA) VEÍCULOS (AUTOMÓVEIS) PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**, conforme Anexo I - Termo de Referência.

**1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet, nas Instruções Normativas do MPOG e nos Decretos que inicialmente não vinculam o Poder Judiciário e as especificações constantes deste Edital e anexos, prevalecerão as últimas.**

### SEÇÃO II - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**2.1** Poderão participar deste **Pregão** os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF - ou que apresentem toda a documentação exigida neste edital - e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**2.2** O cadastramento no SICAF, a obtenção de login e senha no comprasnet e informações a respeito do seu funcionamento e regulamento poderão ser obtidas pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento - órgãos do poder executivo federal.

**2.3** O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**2.4** Não poderão participar deste **Pregão**:

**2.4.1** Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

**2.4.2** Empresa ou sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no país;

**2.4.3** Empresa suspensa de licitar e impedida de contratar com o TRE/AP;

**2.4.4** Empresa que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

**2.4.5** empresas concordatárias, em recuperação judicial ou que hajam tido sua falência declarada, que se encontrem sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

**2.4.6** Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão**.

**2.4.7** Deputados e Senadores, de modo direto ou indireto, segundo o art. 54, inciso I, alínea "a" e inciso II, alínea "a" da Constituição Federal (Acórdão nº 1793/2011-Plenário, TC-011.643/2010-2, rel. Min. Valmir Campelo, 06.07.2011).

**2.4.8** empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição de Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da Resolução CNJ n. 156/2012.

**2.4.9** A pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ

TRE/AP  
Fls. \_\_\_\_\_

direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (**Art. 2º, inciso VI, da Resolução nº 7 de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016 e Acórdão TCU nº 1.893/2010 - Plenário**).

### **SEÇÃO III - DA PROPOSTA**

**3.** A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, os valores unitário e total para cada item, bem como a descrição do serviço a ser executado. **A PROPOSTA DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA, EM ESPECIAL OS ITENS 7 E 21.**

**3.1** Nos preços ofertados deverão já estar considerados e inclusos os tributos, fretes, tarifas e as despesas decorrentes da execução do objeto.

**3.2** O **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.

**3.3** O **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

**3.4** O **licitante** enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos na referida lei.

**3.5** O **licitante** apto ao exercício do direito de preferência deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que atende os requisitos estabelecidos na legislação;

**3.6** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência, sujeitará o **licitante** às sanções previstas neste Edital;

**3.7** As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;

**3.8** Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para assinatura do Contrato, ficam as **licitantes** liberadas dos compromissos assumidos.

**3.9** Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** importa a desclassificação da proposta.

### **SEÇÃO IV - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA**

**4** A **licitante** deverá encaminhar proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**4.1** Até a abertura da sessão, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

### **SEÇÃO V - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**5** A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo **Pregoeiro**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**5.1** A comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens (chat), em campo próprio do sistema eletrônico.

**5.2** Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

### **SEÇÃO VI - DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**6** O **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

**6.1** Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

### **SEÇÃO VII - DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7** Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**7.1** As **licitantes** poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

**7.2** A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

**7.3** Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.

**7.4** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ

TRE/AP  
Fls. \_\_\_\_\_

**7.5** Durante a fase de lances, o **Pregoeiro** poderá excluir, a seu critério, lance cujo valor for considerado inexequível.

**7.6** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do **Pregoeiro**, que informará, em campo próprio do sistema, o prazo de iminência.

**7.7** O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

### **SEÇÃO VIII - DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO**

**8** Se ocorrer a desconexão do **Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**8.1** No caso de desconexão do **Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do **Pregão** será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

### **SEÇÃO IX - DA NEGOCIAÇÃO**

**9** Após o encerramento da etapa de lances, concedido o benefício às microempresas e empresas de pequeno porte, de que trata o art. 44 da LC n.123/2006, o **Pregoeiro** poderá encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

**9.1** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

### **SEÇÃO X - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**10** Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, o **Pregoeiro** examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à conformidade com as especificações técnicas e quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

**10.1** Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexequível.

**10.1.1** Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

**10.1.1.1** comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio **licitante**, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**10.1.1.2** apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

**10.2** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

**10.3** Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

**10.4** O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRE ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

**10.5** Se a proposta não for aceitável ou se a **licitante** não atender às exigências habilitatórias, o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

### **SEÇÃO XI - DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

**11.** Este pregão submete-se às regras relativas ao direito de preferência estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006, bem como no **DECRETO Nº 8.538, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015**, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

**11.1** Na hipótese de não haver seleção de propostas nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado à **licitante** com proposta originalmente mais bem classificada se, após a negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado para a contratação, for aprovada a amostra, caso seja solicitada, apresentada pela **licitante** e esta for considerada habilitada;

### **SEÇÃO XII - DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO**

**12.** A proposta ajustada ao lance final da **licitante** vencedora e os documentos exigidos para habilitação (certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, declaração de menor e de fatos supervenientes, etc), que não estejam contemplados no SICAF, inclusive quando houver necessidade



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ

TRE/AP  
Fls. \_\_\_\_\_

de envio de anexos, deverão ser remetidos **CONJUNTAMENTE** via sistema, no campo convocação de anexo, **no prazo de 120 (noventa) minutos, contados da solicitação do Pregoeiro; sendo que para eventual complementação da documentação de habilitação ou adequações da proposta e planilhas inicialmente encaminhadas, o Pregoeiro fará 3 convocações se necessárias, até o limite do prazo acima disposto.**

**12.1** O sistema permite o envio de apenas 1 (um) arquivo, de modo que, caso haja necessidade de enviar mais de 1 (um), estes deverão ser compactados nos formatos ".rar" ou ".zip" e enviados em arquivo único.

**12.2** Durante o prazo referido no **item 12**, o pregoeiro poderá realizar sucessivas convocações, visando complementação ou correção da proposta ou dos documentos de habilitação, conforme o caso.

**12.3** O envio do anexo pelo licitante suspende o prazo a que se refere o **item 12**.

**12.4** A documentação de habilitação exigida neste certame será tratada em seção própria.

**12.5** Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome da **licitante**, e, preferencialmente, com o número do CNPJ e o respectivo endereço.

**12.6** Se a **licitante** for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a **licitante** for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**12.7** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, esta terá os benefícios contidos na LC nº 123/2006.

**12.8** Os documentos remetidos por meio do sistema comprasnet são considerados hábeis para todos os fins por este TRE/AP.

### SEÇÃO XIII - DA HABILITAÇÃO

**13** A habilitação das **licitantes** será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

**13.1** A licitante deverá apresentar habilitação parcial válida no SICAF (Regularidade Fiscal: Receita Federal/Procuradoria da Fazenda Nacional, INSS, FGTS, Receita Estadual;) ou apresentar os documentos que supram tal habilitação.

**13.2** Nas licitações cujo objeto seja a prestação de serviços será exigida a regularidade junto à Receita Municipal.

**13.3** Para fins de habilitação, além da habilitação parcial válida no SICAF a **licitante** não poderá constar no rol de devedores da Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e ainda deverá manifestar-se quanto ao interesse à Vistoria dos veículos a serem segurados, conforme dispõe o item 24, do Termo de Referência;

**13.4** Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

**13.5** Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços, de acordo com o **item 12**.

**13.6** As declarações de que tratam os itens **3.3 à 3.6** constituem meio legal de prova para fins de habilitação. Portanto, desde que declaradas no sistema, não necessitam ser enviadas como anexo.

**13.7** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

### SEÇÃO XIV - DO RECURSO

**14** Declarado o vencedor, o **Pregoeiro** abrirá prazo de 60 (sessenta) minutos, durante o qual qualquer **licitante** poderá, de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

**14.1** O **Pregoeiro** fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

**14.2** A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**, ficando as demais **licitantes**, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**14.3** Recebidas as razões e contra-razões, o pregoeiro terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para decisão e encaminhamento à autoridade superior.

**14.4** Caso dê total provimento ao recurso, o pregoeiro, em ata complementar, reabrirá a sessão pública na fase em que ocorreu a ilegalidade. Para tanto, publicará a data de reabertura da sessão no comprasnet, cujo prazo entre a publicação e a data da sessão não poderá ser inferior a 02 (dois) dias.

**14.5** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste **Pregão**, implica decadência desse direito, ficando o **Pregoeiro** autorizado a adjudicar o objeto à **licitante vencedora**.

**14.6** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### SEÇÃO XV - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ

TRE/AP  
Fls. \_\_\_\_\_

**15.** O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação, conforme Seção XVI.

**15.1** A homologação deste Pregão compete ao Ordenador de Despesas do TRE/AP, conforme Seção XVI.

### **SEÇÃO XVI - DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO E DO ORDENADOR DE DESPESA DO TRE**

**16.** Cabem ao **Pregoeiro** as atribuições dispostas no art. 11 do Decreto 5.450/2005.

**16.1** Ao Ordenador de Despesas do TRE cabe:

- a. adjudicar o objeto deste **Pregão** à **licitante vencedora**, se houver interposição de recurso;
- b. homologar o resultado e promover a contratação correspondente a este **Pregão**;
- c. anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;
- d. revogar este **Pregão**, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado.

**16.2** É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.

**16.3** No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica apresentados, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

### **SEÇÃO XVII - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**17** Antes da celebração do contrato será verificada pelo contratante a situação cadastral da contratada perante o SICAF, por meio de consulta "on-line" ao sistema, devendo seu resultado ser impresso e juntado ao processo. Em caso de irregularidade, a celebração do contrato será suspensa, até que sejam sanadas as pendências, sem ônus para o contratante.

**17.1** Após homologado o resultado deste **Pregão**, a Administração do TRE/AP convocará a **licitante vencedora**, durante a validade da sua proposta, para assinatura do instrumento contratual, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no art. 81 da Lei n.º 8.666/1993.

**17.2** O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela **licitante vencedora** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do TRE/AP.

**17.3** A licitante vencedora será convocada para firmar o termo de contrato na forma do disposto no caput e parágrafo 1º do artigo 64 da Lei nº 8666/93, do qual farão parte o edital, seus anexos e a respectiva proposta.

**17.4** As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por termo de contrato celebrado entre a União, representada pelo TRE/AP e a licitante vencedora.

**17.5** A licitante vencedora será convocada para, no prazo de **05 (cinco) dias** úteis contados da ciência da convocação, celebrar o referido contrato obedecendo o disposto no parágrafo 1º do artigo 64 e artigo 81 da Lei nº 8666/93.

**17.6** Se a licitante vencedora não apresentar situação regular, no ato da contratação ou recusar-se injustificadamente a assinar o termo de contrato no prazo estabelecido, é facultado ao TRE/AP revogar esta licitação ou convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o referido contrato em igual prazo nas condições previstas no parágrafo terceiro, do artigo 27 do Decreto n.º 5.450/2005.

**17.7** Ocorrendo o previsto no **subitem 17.6**, será considerado como inexecução total do contrato, aplicando-se à licitante a penalidade constante da **Seção XIX - Das Sanções**.

**17.8** O contrato resultante da presente licitação só terá eficácia depois publicado, mediante extrato, no Diário Oficial da União.

**17.9** A licitante vencedora se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

**17.10** **É proibida a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato firmado;**

### **SEÇÃO XVIII - DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

**18** Os serviços serão executados conforme o **Termo de Referência**.

**18.1** A fiscalização do contrato ficará a cargo de servidor especialmente designado pelo TREAP para essa finalidade, incumbindo-lhe, ainda, atestar em conjunto com o responsável do setor requisitante as faturas e os serviços executados, e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do TREAP ou de seus agentes e prepostos.

**18.2** Quaisquer exigências da Fiscalização do Contrato inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

**18.3** A Fiscalização do Contrato verificará se o serviço foi prestado de acordo com as exigências do Edital e seus anexos.





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ

TRE/AP  
Fls. \_\_\_\_\_

**18.4** Em caso de não-conformidade, a Contratada será notificada, por escrito, sobre as irregularidades apontadas, para as providências do artigo 69, da Lei 8.666/93, no que couber.

### **SEÇÃO XIX - DAS SANÇÕES**

**19** Em conformidade com a Lei 10.520/2002, o licitante será sancionado com o impedimento de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 20% (vinte por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) Cometer fraude fiscal;
- b) Apresentar documento falso;
- c) Fizer declaração falsa;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- f) Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- g) Não mantiver a proposta.

**19.1** Para os fins da Subcondição 19, "d" reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

**19.2** Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

**19.3** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**19.4** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **SEÇÃO XX - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**20.** As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão no Programa de Trabalho Resumido PTRES 042445 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Seguros em Geral dos Veículos.

### **SEÇÃO XXI - DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**21.** Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste **Pregão** mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [cpl@tre-ap.jus.br](mailto:cpl@tre-ap.jus.br).

**21.1** O **Pregoeiro** decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, salvo se, justificadamente, e considerando a complexidade do objeto, necessitar de prazo maior.

**21.2** Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**21.3** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento licitatório devem ser enviados ao **Pregoeiro** até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [cpl@tre-ap.jus.br](mailto:cpl@tre-ap.jus.br).

**21.4** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), por meio do link *Acesso livre>Pregões>Agendados*, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

### **SEÇÃO XXII - DAS OBRIGAÇÕES E DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**22.** As obrigações das partes estão previstas no Termo de Referência.

**22.1** Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, estes serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

**22.2** As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiverem suportado no cumprimento da obrigação assumida.

**22.3** Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida, por conveniência exclusiva da Administração do TREAP.

### **SEÇÃO XXIII - DOS ANEXOS**

**23.** São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- 23.1** Anexo I - Termo de Referência;
- 23.2** Anexo II - Modelo de Declaração Exigida;
- 23.3** Anexo III - Modelo de Contrato;

### **SEÇÃO XXIV - DO FORO**

**24.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Macapá,



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ

TRE/AP  
Fls. \_\_\_\_\_

Seção Judiciária do Amapá, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

Macapá – AP, 18 de junho de 2019.

**LILIAN GLAUCIA CORDEIRO DOS SANTOS**

Pregoeira

### ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SEGURO AUTOMOTIVO, PARA COBERTURA DOS AUTOMÓVEIS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ.

#### 1. OBJETIVO :

O presente Termo de Referência tem por objetivo definir os conjuntos de elementos que norteiam a contratação de empresa para a prestação de serviços especializados em seguro automotivo, com vistas ao atendimento das necessidades do TRE/AP.

#### 2. JUSTIFICATIVA :

Considerando a proximidade do término da vigência do Contrato nº 18/2018, que ocorrerá às 24:00 h do dia 12/07/2019, justifica-se nova contratação pela necessidade de manutenção da cobertura de seguro aos veículos oficiais pertencentes à frota do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, com vistas a assegurar que os veículos possam transitar com relativa segurança, garantindo-se a devida cobertura dos danos materiais e pessoais na ocorrência de eventuais sinistros.

#### 3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL :

A contratação para a execução dos serviços tem amparo legal na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos Decretos nº 3.555/2000 e 3.784/2001 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93 (em especial art. 57, inciso II) e suas alterações, Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), pela Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 6.204/2007 e IN nº 05/2017 SLTI.

#### 4. OBJETO :

Contratação de SEGURO TOTAL (cobertura compreensiva, isto é, seguro total contra colisão, incêndio, roubo ou furto), com assistência 24 horas, de 30 (trinta) veículos (automóveis) pertencentes à frota oficial do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá constantes da relação do item 7.

#### 5. DA COBERTURA:

- Colisão, incêndio e roubo/furto (casco): valor de mercado, tabela FIPE (ou Molicar em caso de inexistência da informação na tabela FIPE);
- Responsabilidade civil por danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- Responsabilidade civil por danos pessoais a terceiros: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- Acidentes pessoais por passageiros/morte – APP: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- Acidentes pessoais por passageiros/invalidez total ou parcial – APP: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- Danos aos vidros;
- Franquia: normal, sendo que o licitante poderá estipular franquias diferenciadas, contudo, estas não poderão onerar o valor normal do prêmio.

A franquia não será objeto de classificação das propostas;

#### 6. ESPECIFICAÇÕES:

A apólice de seguro deverá atender os seguintes itens:

- Roubo ou furto total, assim como os danos causados por tentativas de roubo ou furto;
- Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado;
- Incêndio e explosão, inclusive os causados por atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- Queda em precipícios ou pontes;
- Queda de agentes externos sobre o veículo;
- Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- Submersão total ou parcial proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- Cobertura de vidros, retrovisores, lentes e faróis;
- Acidente envolvendo o veículo segurado com outros veículos, dentro de suas dependências;
- Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;
- Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- Atos involuntários praticados por terceiros;
- Danos causados a pintura por acidente ou por atos de terceiros;



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ

TRE/AP  
Fls. \_\_\_\_\_

- 6.12. Danos causados aos pneus, em caso de acidentes;  
 6.13. Danos causados a terceiros, Responsabilidade Civil Facultativa – RCF;  
 6.14. Acidentes Pessoais por Passageiros – APP;  
 6.15. Assistência de emergência 24 (vinte e quatro) horas para veículos, passageiros e motoristas, incluindo guincho e reboque ILIMITADO em caso de panes ou acidentes, e coberturas de vidros;  
 6.15.1. A assistência 24 horas deverá abranger todo o Estado do Amapá, inclusive para remoção dos veículos do local onde se encontrarem até a sede do Tribunal ou oficina credenciada; e chaveiro.  
 6.16. Cobertura do veículo (casco) 100% da tabela FIPE (ou Molicar em caso de inexistência da informação na tabela FIPE), do valor referência.  
 6.17. Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo, por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar da data de seu recebimento pelo TRE/AP, independentemente da quilometragem rodada no período.  
 6.17.1. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.  
 6.18. RESPONSABILIDADE CIVIL:  
 6.18.1. A cobertura deverá assegurar o conserto de danos materiais dos veículos abaixo descritos.  
 6.18.2. Deverá assegurar: os danos materiais causados a terceiros, os danos pessoais causados a terceiros, e acidentes pessoais de passageiros, como morte e/ou invalidez, conforme proposta anexa.

### 7. ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS A SEREM SEGURADOS:

Os veículos estão especificados por item, conforme tabela a seguir:

#### RELAÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DO TRE/AP

ORDEM	VEICULO	RENAVAM	COMBUST.	ANO/MOD	PLACA	CHASSI	LOCALIZAÇÃO	CLASSE DE BÔNUS
01	FOCUS SEDAN TIT	01054491370	FLEX	2015/2015	QLN-5078	8AFSZZFFCFJ332299	MACAPÁ/AP	03
02	FOCUS SEDAN SE	00595376746	FLEX	2013/2014	NEQ-7067	8AFSZZFFCEJ184199	MACAPÁ/AP	10
03	FOCUS SEDAN SE	00595380476	FLEX	2013/2014	NEQ-7068	8AFSZZFFCEJ184203	MACAPÁ/AP	10
04	RANGER XLT	00994169809	DIESEL	2013/2014	NFB-8302	8AFAR23L6EJ185158	MACAPÁ/AP	03
05	RANGER XLT	00994171676	DIESEL	2013/2014	NFB-8303	8AFAR23L3EJ194786	MACAPÁ/AP	03
06	RANGER XLS	00537570683	DIESEL	2013/2013	NEI-2135	8AFAR23L8DJ116163	MACAPÁ/AP	04
07	L200 TRITON GLX	01143955746	DIESEL	2018/2018	QLP-7623	93XXJKL1TJCJ07177	MACAPÁ/AP	01
08	L200 TRITON GLX	01143955207	DIESEL	2018/2018	QLP-7622	93XXJKL1TJCJ07191	MACAPÁ/AP	01
09	L 200 TRITON GL	01105930901	DIESEL	2016/2017	QLO-7422	93XLNKB8THCG29162	PEDRA BRANCA DO AMAPARI/AP	06
10	L 200 TRITON GL	01105931541	DIESEL	2016/2017	QLO-7424	93XLNKB8THCG29170	OIAPOQUE/AP	06
11	L 200 TRITON GL	01105932246	DIESEL	2016/2017	QLO-7425	93XLNKB8THCG29164	MACAPÁ/AP	06
12	L 200 TRITON GL	01105983118	DIESEL	2016/2017	QLO-7435	93XLNKB8THCG29159	MACAPÁ/AP	06
13	L 200 TRITON GL	01105983673	DIESEL	2016/2017	QLO-7436	93XLNKB8THCG29157	AMAPÁ/AP	01
14	L 200 TRITON GLS	00569929903	DIESEL	2013/2013	NEM-4482	93XJNKB8TDCD78314	MACAPÁ/AP	05
15	L 200 TRITON GLS	00569931924	DIESEL	2013/2013	NEM-4522	93XJNKB8TDCD78675	MAZAGÃO/AP	05
16	L 200 TRITON GLS	00569935776	DIESEL	2013/2013	NEM-4582	93XJNKB8TDCD77496	LARANJAL DO JARI/AP	05
17	L 200 TRITON GLS	00569938791	DIESEL	2013/2013	NEM-4612	93XJNKB8TDCD78310	SANTANA/AP	05
18	L 200 TRITON GLS	00569940478	DIESEL	2013/2013	NEM-4622	93XJNKB8TDCD78279	TARTARUGALZINHO/AP	05
19	L 200 TRITON GLS	00569941881	DIESEL	2013/2013	NEM-4632	93XJNKB8TDCD78815	PORTO GRANDE/AP	05
20	LOGAN EXP 1.6 SE	01144502036	FLEX	2018/2018	QLP-7773	93Y4SRFH4JJ244111	MACAPÁ/AP	01
21	LOGAN EXP	01144500955	FLEX	2018/2018	QLP-	93Y4SRFH4JJ243475	MACAPÁ/AP	01





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ

TRE/AP  
Fls. \_\_\_\_\_

	1.6 SE				7772			
22	LOGAN EXP 1.6 SE	01143953352	FLEX	2018/2018	QLP- 7618	93Y4SRFH4JJ242434	MACAPÁ/AP	01
23	LOGAN EXP 1.6 SE	01143954120	FLEX	2018/2018	QLP- 7620	93Y4SRFH4JJ242675	MACAPÁ/AP	01
24	LOGAN EXP 1.6 SE	01143954588	FLEX	2018/2018	QLP- 7621	93Y4SRFH4JJ242939	MACAPÁ/AP	01
25	FIESTA 1.6	00521117526	FLEX	2013/2013	NEI 8219	9BFZF55P2D8471721	MACAPÁ/AP	05
26	FIESTA 1.6	00521603455	FLEX	2013/2013	NEI 8222	9BFZF55P1D8471743	MACAPÁ/AP	05
27	FIESTA 1.6	00525292020	FLEX	2013/2013	NEI 8228	9BFZF55P4D8471980	MACAPÁ/AP	05
28	RENAULT MASTER VAN	00532199510	DIESEL	2012/2013	NEI 1382	93YADC1L6DJ425277	MACAPÁ/AP	05
29	MB CAMPIONE - ÔNIBUS	00568672844	DIESEL	2013/2013	OQS 9428	9BM384076DB909809	MACAPÁ/AP	04
30	MB ACELLO - CAMINHÃO BAÚ	01047342941	DIESEL	2014/2014	QLN 3056	9BM979028ES027951	MACAPÁ/AP	03

### 8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 8.1 responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições em vigor;
- 8.2 fornecer à contratada todas as informações necessárias visando propiciar a perfeita execução dos serviços;
- 8.3 assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;
- 8.4 efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste instrumento e na proposta final da licitante;
- 8.5 promover, através de servidor designado pelo TRE-AP, o acompanhamento e a fiscalização do Contrato, em conformidade com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

### 9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 9.1 executar os serviços objeto da Contratação rigorosamente em conformidade com todos os prazos e condições estabelecidos neste instrumento;
- 9.2 entregar a Apólice de Seguro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da aceitação da "Proposta da Seguradora" (art. 2º, § 2º, do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 60.459, de 13.3.1967);
- 9.3 pagar ao Segurado a indenização, em caso de sinistro, em, no máximo, 10 (dez) dias úteis após o recebimento, pela Seguradora, da documentação necessária à sua liberação;
- 9.4 não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência do Contratante;
- 9.5 manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 9.6 a licitante vencedora será responsável por todo e qualquer dano pessoal ou material causados aos bens pertencentes ao TRE-AP, quando resultantes de ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia dos seus empregados ou prepostos, bem como reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução dos serviços.
- 9.7 Para endosso de inclusão, exclusão, ou de correção de dados como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a contratada disporá de 15 (quinze) dias para apresentar proposta, a contar do recebimento do pedido expresso pelo contratante, e 5 (cinco) dias para efetivar o endosso, a contar da autorização do contratante.

### 10. AVISO DE SINISTRO

- 10.1. A contratada deverá colocar à disposição do contratante, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.
- 10.2. A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço on line, com acessibilidade em todo o território nacional.
- 10.3. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a contratada terá, no máximo 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.
- 10.4. Havendo necessidade de reboque, a contratada deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas após o aviso de sinistro.

### 10. DA APÓLICE:

- 10.1 - O custo, por apólice, a ser pago pelo TRE-AP deverá estar incluso no valor proposto pela seguradora, discriminadamente no corpo da planilha de formação de custos fornecida pela seguradora. Esse custo deverá ser pago uma única vez;
- 10.2 - A empresa deverá entregar as apólices na Seção de Transportes do TRE/AP no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da emissão de nota de empenho;
10. - O mesmo prazo valerá para emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus etc., a contar de pedido expresso pela Seção de Transportes do TRE/AP.

### 11. DOS BÔNUS:



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ

TRE/AP  
Fls. \_\_\_\_\_

11.1 - A licitante vencedora, independente de ser ou não a atual contratada, deverá observar os bônus já existentes nas atuais apólices, consoante relação de veículos no item 7, elevando, em mais 01 (um), a bonificação para o período da vigência das apólices;

11.2 - Na ocorrência de sinistro, a empresa poderá diminuir a bonificação em menos 01 (um), de acordo com informações constantes no item 7 e os bônus atualizados com a nova contratação.

11.3. Em caso de prorrogação do contrato, a bonificação será aumentada em 1 (um) para cada veículo sem ocorrência de sinistro.

### 12. GUARDA, UTILIZAÇÃO E RASTREAMENTO DOS VEÍCULOS:

12.1 Os veículos são conduzidos por motoristas terceirizados - todos com habilitação categoria "D" - e servidores habilitados - maiores de 21 anos de idade -, e enquanto no TRE/AP e Zonas Eleitorais, permanecem recolhidos em estacionamento privativo e fechado.

12.2. Todos os veículos constantes no item 7 são rastreados e monitorados eletronicamente via satélite GPS/GPRS/SATELITAL.

### 13. SALVADOS

13.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

13.2. É de inteira responsabilidade da seguradora contratada providenciar a transferência dos salvados e o devido encerramento de registro em nome da contratada junto aos órgãos pertinentes.

### 14. INCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO

14.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículos, durante o período da vigência da apólice, a contratada deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que originou a contratação.

14.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

14.3. A devolução deverá ser realizada mediante pagamento de GRU, devendo a empresa enviar comprovante de quitação ao contratante.

14.4. O contratante poderá comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, 2 (dois) outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento poderá ser adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a contratada obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

### 15. EXCLUSÃO

15.1. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículos, a contratada deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

$X \div 12 = Y$  e  $Y \times Z = VT$ , onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo

12 = número total de meses da apólice

Y = Valor mensal do prêmio por veículo

Z = Número de meses restantes para o término da apólice

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública

15.2. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo contratante à contratada. Essa comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento.

15.3. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 (quinze) dias.

15.4. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante pagamento de GRU, devendo a contratada enviar comprovante de quitação para o contratante.

### 16. DAS PENALIDADES:

16.1. As sanções aplicáveis estão estabelecidas na Lei de Licitações e na Lei do Pregão, consoante item específico constante do Edital de chamamento para o presente certame.

### 17. DO PAGAMENTO:

17.1 A CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados, mediante depósito bancário na conta corrente da CONTRATADA, no banco e respectiva agência mencionadas em sua proposta, até o 10º (décimo) dia útil da apresentação da Nota Fiscal /fatura, e após verificação e ateste por servidor ou Comissão responsável pela fiscalização, observando o estabelecido no art. 5º da Lei n.º 8.666/93, e desde que não ocorra fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

17.2 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

17.3 É condição para o pagamento do valor constante do documento fiscal de pagamento, a prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

### 18. DO VALOR ESTIMADO:

O valor de referência foi extraído da média de preços de propostas pesquisadas no Banco de Preços (Comprasnet).

Pesquisa de preços	de 1	Pesquisa de preços	de 2	Pesquisa de preços	de 3	Pesquisa de preços	de 5	MÉDIA	QTD	ESTIMATIVA
(0371457)		(0371476)		(0371486)		(0375212)				



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ

TRE/AP  
Fls. \_\_\_\_\_

	(0371458)	(0371478)	(0371489)	(0375214)			
Veículos pequeno porte (Fiesta/Focus/Logan)	R\$ 713,52	R\$ 550,80	R\$ 651,48		R\$ 638,60	11	R\$ 7.024,60
Veículos médio porte (L200 / Ranger - PICKUPS)	R\$ 1.192,63	R\$ 922,00	R\$ 1.664,90		R\$ 1.259,84	16	R\$ 20.157,49
Veículos grande porte (caminhão/Van)			R\$ 1.810,25		R\$ 1.810,25	2	R\$ 3.620,50
Ônibus				R\$ 2.348,00	R\$ 2.348,00	1	R\$ 2.348,00
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 33.150,59</b>

**Atualmente a frota do TRE/AP é de 30 (trinta) automóveis.**

**O valor de referência adotado é de R\$ 33.150,59 (trinta e três mil cento e cinquenta reais e cinquenta e nove centavos).**

## 19. VIGÊNCIA E REAJUSTE:

19.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir das 00:00h do dia 13/07/2018 até as 24:00 h do dia 12/07/2019, ou, a partir da data de sua assinatura se esta ocorrer após a data referida, podendo ser prorrogado por até 60 meses, desde que a cada período de 12 (doze) meses, sejam avaliadas a necessidade e a qualidade do serviço, bem como, se os valores estão compatíveis com os praticados pelo mercado.

19.2 A Apólice de Seguro terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data descrita no item 19.1.

19.3 O reajuste de preços poderá ser utilizado na presente contratação, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano da data-limite para apresentação das propostas.

19.4. O índice a ser utilizado para o cálculo do reajustamento do contrato é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo;

19.5. Os reajustes serão precedidos obrigatoriamente de solicitação da contratada, acompanhada de memorial do cálculo, conforme for a variação de custos objeto do reajuste;

## 20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão no Programa de Trabalho 20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Seguros em Geral dos Veículos, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

## 21. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Na planilha de cada veículo deverão constar os dados descritos no ANEXO I - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA PARA O SEGURO DE VEÍCULOS DO TRE/AP. A licitação será pelo menor preço global visando à proposta mais vantajosa e econômica para o contratante.

## 22. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

A fiscalização do contrato ficará a cargo de servidor especialmente designado para essa finalidade, sendo que, no caso específico sugerimos o Chefe da Seção de Transporte e Segurança do TRE/AP, devendo ser indicado também o respectivo suplente e elaborada Portaria de designação.

## 23. DA HABILITAÇÃO

23.1. As condições de habilitação e penalidades serão previstas no edital de licitação e no contrato.

23.2. Em atenção ao disposto no art. 54, I, "a" da Constituição Federal, e ao Acórdão nº 1793/2011 TCU, itens 3.8 e 9.10, os deputados e senadores não poderão, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes (contrato de adesão).

23.3. Os critérios com as exigências para habilitação serão definidos no Edital de Convocação, sendo obrigatória, dentre as outras comprovações de praxe, a exigência de demonstração da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, instituída pela Lei nº 12.440/2011.

## 24. VISTORIA PRÉVIA

24.1. As licitantes interessadas em vistoriar os veículos a serem segurados poderão comparecer ao TRE/AP, de segunda a sexta-feira no horário de 12 às 19 horas.

24.2. A vistoria dos veículos deverá ser marcada previamente por intermédio do telefone (0xx96) 2101-1523, na Seção de Transportes - STRAN, sito à Av. Mendonça Júnior, 1502 - Centro, Macapá/AP.

24.3. A vistoria dos veículos deverá ser marcada previamente, e realizada na respectiva unidade da federação onde se encontra o Tribunal/Cartório Eleitoral e o veículo a ser vistoriado.

24.4. Quando solicitada, a vistoria deverá ser marcada no prazo de, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas antes da sua realização.

24.5. Quando solicitada, a vistoria deverá ser realizada até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário estabelecido para a abertura do Pregão Eletrônico, fixada no preâmbulo deste Edital.

24.6. Não realizada a vistoria ou não obedecidos os prazos previstos para a sua marcação ou realização, considerar-se-á que todos os concorrentes aceitaram as condições em que se encontram os veículos.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ

TRE/AP  
Fls. \_\_\_\_\_

24.7. O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria facultada não motiva descumprir as obrigações pertinentes a esse objeto.

### 25. ESTUDOS PRELIMINARES E ANÁLISE DE RISCOS

Para respaldar a contratação a Seção de Acompanhamento e Gestão de Contratos do TRE/AP elaborou Estudos Preliminares [0368324](#) e Análise de Riscos [0371547](#).

### 26. COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Conforme Portarias TRE/AP nº 06/2019 [0371612](#).

### 26. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

O Termo de Referência foi elaborado pela chefe da Seção de Acompanhamento e Gestão de Contratos

Macapá/AP, 14 de junho de 2019.

Ana Bela Barbosa de Oliveira

Chefe da Seção de Acompanhamento e Gestão de Contratos

### ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA PARA O SEGURO DE VEÍCULOS DO TRE/AP

ORDE M	VEICULO	RENAVAM	COMBUS T.	ANO/MO D	PLAC A	CHASSI	LOCALIZAÇÃO	CLASS E DE BÔNUS ATUAL	NOVO BÔNUS	VALOR
01	FOCUS SEDAN TIT	010544913 70	FLEX	2015/201 5	QLN- 5078	8AFSZZFFCFJ33229 9	MACAPÁ/AP	03		
02	FOCUS SEDAN SE	005953767 46	FLEX	2013/201 4	NEQ- 7067	8AFSZZFFCEJ18419 9	MACAPÁ/AP	10		
03	FOCUS SEDAN SE	005953804 76	FLEX	2013/201 4	NEQ- 7068	8AFSZZFFCEJ18420 3	MACAPÁ/AP	10		
04	RANGER XLT	009941698 09	DIESEL	2013/201 4	NFB- 8302	8AFAR23L6EJ18515 8	MACAPÁ/AP	03		
05	RANGER XLT	009941716 76	DIESEL	2013/201 4	NFB- 8303	8AFAR23L3EJ19478 6	MACAPÁ/AP	03		
06	RANGER XLS	005375706 83	DIESEL	2013/201 3	NEI- 2135	8AFAR23L8DJ11616 3	MACAPÁ/AP	04		
07	L200 TRITON GLX	011439557 46	DIESEL	2018/201 8	QLP- 7623	93XXJKL1TJCJ07177	MACAPÁ/AP	01		
08	L200 TRITON GLX	011439552 07	DIESEL	2018/201 8	QLP- 7622	93XXJKL1TJCJ07191	MACAPÁ/AP	01		
09	L 200 TRITON GL	011059309 01	DIESEL	2016/201 7	QLO- 7422	93XLNB88THCG291 62	PEDRA BRANCA DO AMAPARI/AP	06		
10	L 200 TRITON GL	011059315 41	DIESEL	2016/201 7	QLO- 7424	93XLNB88THCG291 70	OIAPOQUE/AP	06		
11	L 200 TRITON GL	011059322 46	DIESEL	2016/201 7	QLO- 7425	93XLNB88THCG291 64	MACAPÁ/AP	06		
12	L 200 TRITON GL	011059831 18	DIESEL	2016/201 7	QLO- 7435	93XLNB88THCG291 59	MACAPÁ/AP	06		
13	L 200 TRITON GL	011059836 73	DIESEL	2016/201 7	QLO- 7436	93XLNB88THCG291 57	AMAPÁ/AP	01		
14	L 200 TRITON GLS	005699299 03	DIESEL	2013/201 3	NEM- 4482	93XJNKB8TD8CD783 14	MACAPÁ/AP	05		
15	L 200 TRITON GLS	005699319 24	DIESEL	2013/201 3	NEM- 4522	93XJNKB8TD8CD786 75	MAZAGÃO/AP	05		
16	L 200	005699357	DIESEL	2013/201	NEM-	93XJNKB8TD8CD774	LARANJAL DO	05		



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ

TRE/AP  
Fls. \_\_\_\_\_

	TRITON GLS	76		3	4582	96	JARI/AP			
17	L 200 TRITON GLS	00569938791	DIESEL	2013/2013	NEM-4612	93XJNKB8TDCD78310	SANTANA/AP	05		
18	L 200 TRITON GLS	00569940478	DIESEL	2013/2013	NEM-4622	93XJNKB8TDCD78279	TARTARUGALZINHO/AP	05		
19	L 200 TRITON GLS	00569941881	DIESEL	2013/2013	NEM-4632	93XJNKB8TDCD78815	PORTO GRANDE/AP	05		
20	LOGAN EXP 1.6 SE	01144502036	FLEX	2018/2018	QLP-7773	93Y4SRFH4JJ244111	MACAPÁ/AP	01		
21	LOGAN EXP 1.6 SE	01144500955	FLEX	2018/2018	QLP-7772	93Y4SRFH4JJ243475	MACAPÁ/AP	01		
22	LOGAN EXP 1.6 SE	01143953352	FLEX	2018/2018	QLP-7618	93Y4SRFH4JJ242434	MACAPÁ/AP	01		
23	LOGAN EXP 1.6 SE	01143954120	FLEX	2018/2018	QLP-7620	93Y4SRFH4JJ242675	MACAPÁ/AP	01		
24	LOGAN EXP 1.6 SE	01143954588	FLEX	2018/2018	QLP-7621	93Y4SRFH4JJ242939	MACAPÁ/AP	01		
25	FIESTA 1.6	00521117526	FLEX	2013/2013	NEI-8219	9BFZF55P2D8471721	MACAPÁ/AP	05		
26	FIESTA 1.6	00521603455	FLEX	2013/2013	NEI-8222	9BFZF55P1D8471743	MACAPÁ/AP	05		
27	FIESTA 1.6	00525292020	FLEX	2013/2013	NEI-8228	9BFZF55P4D8471980	MACAPÁ/AP	05		
28	RENAULT MASTER - VAN	00532199510	DIESEL	2012/2013	NEI-1382	93YADC1L6DJ425277	MACAPÁ/AP	05		
29	MB CAMPIONE ÔNIBUS	00568672844	DIESEL	2013/2013	OQS-9428	9BM384076DB909809	MACAPÁ/AP	04		
30	MB ACELLO - CAMINHÃO BAÚ	01047342941	DIESEL	2014/2014	QLN-3056	9BM979028ES027951	MACAPÁ/AP	03		

## ANEXO II DECLARAÇÃO

Declaramos em atendimento ao previsto no edital de **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/2019**, que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo  
(representante legal)





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ

TRE/AP  
Fls. \_\_\_\_\_

### Observações:

- 1) esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a licitante; e
- 2) se a licitante possuir menores a partir de 14 anos como aprendizes, deverá declarar essa condição.

### ANEXO III (minuta) CONTRATO n.º \_\_\_\_ / 2019

**Contrato de serviços de seguro automotivo, que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá e a Empresa\_\_\_\_\_.**

**CONTRATANTE:** A União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**, com sede na Av. Mendonça Júnior, 1502, Centro, Macapá-AP, CEP 68.900-041, inscrito no CNPJ nº 34.927343/0001-18, representado pelo seu Presidente, **Desembargador ROMMEL ARAÚJO DE OLIVEIRA**, CPF nº 381.175.681-87 e RG nº 879.307-SSP/DF, no uso de suas atribuições legais.

**CONTRATADA:** A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º \_\_\_\_\_, estabelecida na Cidade de Macapá (AP), \_\_\_\_\_, representada legalmente pelo Sr. \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, sob a regência da Lei nº 8.666/93, instruído no **PA nº 0001223-90.2019.6.03.8000**, no Termo de Referência e no **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2019**, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**1.1.** O presente Contrato tem como objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO TOTAL (COBERTURA COMPREENSIVA, ISTO É, SEGURO TOTAL CONTRA COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO OU FURTO), COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS, DE 30 (TRINTA) VEÍCULOS (AUTOMÓVEIS) PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**, constante dos autos epigrafados e no **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2019**.

#### PARÁGRAFO ÚNICO - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A referida contratação obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como, às disposições do Edital do Pregão Eletrônico **nº \_\_\_\_/2019-TRE/AP**, além das obrigações assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA, no Processo Administrativo SEI nº **0001223-90.2019.6.03.8000**, e dirigida ao CONTRATANTE, contendo o preço total e condições da execução que, independentemente de transcrição, deste fazem parte integrante e complementar, no que não o contrarie.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO E DO REAJUSTE

**2.1** O Contratante pagará à Contratada, pelos serviços descritos na Cláusula Primeira, o **valor total de R\$ 0,00 (reais), conforme tabela abaixo:**

ORD EM	VEICUL O	RENAVA M	COMBU ST.	ANO/M OD	PLA CA	CHASSI	LOCALIZAÇÃO	CLAS SE DE BÔNUS ATUA L	NOV O BÔN US	VAL OR
01	FOCUS SEDAN TIT	01054491 370	FLEX	2015/20 15	QLN- 5078	8AFSZZFFCFJ332 299	MACAPÁ/AP	03		
02	FOCUS SEDAN SE	00595376 746	FLEX	2013/20 14	NEQ- 7067	8AFSZZFFCEJ184 199	MACAPÁ/AP	10		
03	FOCUS SEDAN SE	00595380 476	FLEX	2013/20 14	NEQ- 7068	8AFSZZFFCEJ184 203	MACAPÁ/AP	10		
04	RANGER XLT	00994169 809	DIESEL	2013/20 14	NFB- 8302	8AFAR23L6EJ185 158	MACAPÁ/AP	03		
05	RANGER XLT	00994171 676	DIESEL	2013/20 14	NFB- 8303	8AFAR23L3EJ194 786	MACAPÁ/AP	03		

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ****TRE/AP**  
**Fls. \_\_\_\_\_**

06	RANGER XLS	00537570 683	DIESEL	2013/20 13	NEI- 2135	8AFAR23L8DJ116 163	MACAPÁ/AP	04		
07	L200 TRITON GLX	01143955 746	DIESEL	2018/20 18	QLP- 7623	93XXJKL1TJCJ071 77	MACAPÁ/AP	01		
08	L200 TRITON GLX	01143955 207	DIESEL	2018/20 18	QLP- 7622	93XXJKL1TJCJ071 91	MACAPÁ/AP	01		
09	L 200 TRITON GL	01105930 901	DIESEL	2016/20 17	QLO- 7422	93XLNKB8THCG2 9162	PEDRA BRANCA DO AMAPARI/AP	06		
10	L 200 TRITON GL	01105931 541	DIESEL	2016/20 17	QLO- 7424	93XLNKB8THCG2 9170	OIAPOQUE/AP	06		
11	L 200 TRITON GL	01105932 246	DIESEL	2016/20 17	QLO- 7425	93XLNKB8THCG2 9164	MACAPÁ/AP	06		
12	L 200 TRITON GL	01105983 118	DIESEL	2016/20 17	QLO- 7435	93XLNKB8THCG2 9159	MACAPÁ/AP	06		
13	L 200 TRITON GL	01105983 673	DIESEL	2016/20 17	QLO- 7436	93XLNKB8THCG2 9157	AMAPÁ/AP	01		
14	L 200 TRITON GLS	00569929 903	DIESEL	2013/20 13	NEM- 4482	93XJNKB8TDCD7 8314	MACAPÁ/AP	05		
15	L 200 TRITON GLS	00569931 924	DIESEL	2013/20 13	NEM- 4522	93XJNKB8TDCD7 8675	MAZAGÃO/AP	05		
16	L 200 TRITON GLS	00569935 776	DIESEL	2013/20 13	NEM- 4582	93XJNKB8TDCD7 7496	LARANJAL DO JARI/AP	05		
17	L 200 TRITON GLS	00569938 791	DIESEL	2013/20 13	NEM- 4612	93XJNKB8TDCD7 8310	SANTANA/AP	05		
18	L 200 TRITON GLS	00569940 478	DIESEL	2013/20 13	NEM- 4622	93XJNKB8TDCD7 8279	TARTARUGALZIN HO/AP	05		
19	L 200 TRITON GLS	00569941 881	DIESEL	2013/20 13	NEM- 4632	93XJNKB8TDCD7 8815	PORTO GRANDE/AP	05		
20	LOGAN EXP 1.6 SE	01144502 036	FLEX	2018/20 18	QLP- 7773	93Y4SRFH4JJ244 111	MACAPÁ/AP	01		
21	LOGAN EXP 1.6 SE	01144500 955	FLEX	2018/20 18	QLP- 7772	93Y4SRFH4JJ243 475	MACAPÁ/AP	01		
22	LOGAN EXP 1.6 SE	01143953 352	FLEX	2018/20 18	QLP- 7618	93Y4SRFH4JJ242 434	MACAPÁ/AP	01		
23	LOGAN EXP 1.6 SE	01143954 120	FLEX	2018/20 18	QLP- 7620	93Y4SRFH4JJ242 675	MACAPÁ/AP	01		
24	LOGAN EXP 1.6 SE	01143954 588	FLEX	2018/20 18	QLP- 7621	93Y4SRFH4JJ242 939	MACAPÁ/AP	01		
25	FIESTA 1.6	00521117 526	FLEX	2013/20 13	NEI 8219	9BFZF55P2D847 1721	MACAPÁ/AP	05		
26	FIESTA 1.6	00521603 455	FLEX	2013/20 13	NEI 8222	9BFZF55P1D847 1743	MACAPÁ/AP	05		
27	FIESTA	00525292	FLEX	2013/20	NEI	9BFZF55P4D847	MACAPÁ/AP	05		



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ

TRE/AP  
Fls. \_\_\_\_\_

	1.6	020		13	8228	1980			
28	RENAULT MASTER - VAN	00532199510	DIESEL	2012/2013	NEI 1382	93YADC1L6DJ425277	MACAPÁ/AP	05	
29	MB CAMPIO NE ÔNIBUS	00568672844	DIESEL	2013/2013	OQS 9428	9BM384076DB909809	MACAPÁ/AP	04	
30	MB ACELLO - CAMINHÃO BAÚ	01047342941	DIESEL	2014/2014	QLN 3056	9BM979028ES027951	MACAPÁ/AP	03	

**2.2** O reajuste de preços poderá ser utilizado na presente contratação, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano da data-limite para apresentação das propostas.

**2.3** O índice a ser utilizado para o cálculo do reajustamento do contrato é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo;

**2.4** Os reajustes serão precedidos obrigatoriamente de solicitação da contratada, acompanhada de memorial do cálculo, conforme for a variação de custos objeto do reajuste;

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

**3.1** A fiscalização do contrato ficará a cargo do Chefe da Seção de Transporte e Segurança do TRE/AP, devendo ser indicado também o respectivo suplente e elaborada Portaria de designação.

**3.2** A fiscalização de que trata o presente item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, bem como a co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

### CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

**4.1.** Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

**5.1** A CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados, mediante depósito bancário na conta corrente da CONTRATADA, no banco e respectiva agência mencionadas em sua proposta, até o 10º (décimo) dia útil da apresentação da Nota Fiscal /fatura, e após verificação e ateste por servidor ou Comissão responsável pela fiscalização, observando o estabelecido no art. 5º da Lei n.º 8.666/93, e desde que não ocorra fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

**5.2** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**5.3** É condição para o pagamento do valor constante do documento fiscal de pagamento, a prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

**5.4** No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

**5.5** Antes da liquidação do pagamento a CONTRATANTE consultará ON LINE o SICAF, imprimindo e juntando nos autos o resultado da consulta, conforme estabelece o Capítulo 8, LOTE 8.8, da Instrução Normativa nº 05/95 - MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado).



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ

TRE/AP  
Fls. \_\_\_\_\_

### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**6.1.** As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão no Programa de Trabalho Resumido PTRES 042445 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Seguros em Geral dos Veículos

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA COBERTURA

- a. **Colisão, incêndio e roubo/furto (casco):** valor de mercado, tabela FIPE (ou Molicar em caso de inexistência da informação na tabela FIPE);
- b. **Responsabilidade civil por danos materiais a terceiros:** R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- c. **Responsabilidade civil por danos pessoais a terceiros:** R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- d. **Acidentes pessoais por passageiros/morte - APP:** R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- e. **Acidentes pessoais por passageiros/invalidez total ou parcial - APP:** R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- f. **Danos aos vidros;**
- g. **Franquia:** normal, sendo que o Contratado poderá estipular franquias diferenciadas, contudo, estas não poderão onerar o valor normal do prêmio.

**7.1** A franquia não é objeto de classificação das propostas;

### CLÁUSULA OITAVA - DAS ESPECIFICAÇÕES E DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A apólice de seguro deverá atender os seguintes itens:

- 8.1. Roubo ou furto total, assim como os danos causados por tentativas de roubo ou furto;
- 8.2. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado;
- 8.3. Incêndio e explosão, inclusive os causados por atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- 8.4. Queda em precipícios ou pontes;
- 8.5. Queda de agentes externos sobre o veículo;
- 8.6. Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- 8.5. Submersão total ou parcial proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- 8.6. Cobertura de vidros, retrovisores, lentes e faróis;
- 8.7. Acidente envolvendo o veículo segurado com outros veículos, dentro de suas dependências;
- 8.8. Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;
- 8.9. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- 8.10. Atos involuntários praticados por terceiros;
- 8.11. Danos causados a pintura por acidente ou por atos de terceiros;
- 8.12. Danos causados aos pneus, em caso de acidentes;
- 8.13. Danos causados a terceiros, Responsabilidade Civil Facultativa - RCF;
- 8.14. Acidentes Pessoais por Passageiros - APP;
- 8.15. Assistência de emergência 24 (vinte e quatro) horas para veículos, passageiros e motoristas, incluindo guincho e reboque ILIMITADO em caso de panes ou acidentes, e coberturas de vidros;
- 8.15.1. A assistência 24 horas deverá abranger todo o Estado do Amapá, inclusive para remoção dos veículos do local onde se encontrarem até a sede do Tribunal ou oficina credenciada; e chaveiro.
- 8.16. Cobertura do veículo (casco) 100% da tabela FIPE (ou Molicar em caso de inexistência da informação na tabela FIPE), do valor referência.
- 8.17. Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo, por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar da data de seu recebimento pelo TRE/AP, independentemente da quilometragem rodada no período.
- 8.17.1. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.
- 8.18. RESPONSABILIDADE CIVIL:
- 8.18.1. A cobertura deverá assegurar o conserto de danos materiais dos veículos abaixo descritos.
- 8.18.2. Deverá assegurar: os danos materiais causados a terceiros, os danos pessoais causados a terceiros, e acidentes pessoais de passageiros, como morte e/ou invalidez, conforme proposta anexa.

### CLÁUSULA NONA - DA ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS A SEREM SEGURADOS

**9.1** Os veículos estão especificados por item, conforme tabela a seguir:

#### RELAÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DO TRE/AP

ORDE M	VEICULO	RENAVAM	COMBUS T.	ANO/MO D	PLAC A	CHASSI	LOCALIZAÇÃ O	CLASS E DE BÔNUS
-----------	---------	---------	--------------	-------------	-----------	--------	-----------------	------------------------



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ

TRE/AP  
Fls. \_\_\_\_\_

								S
01	FOCUS SEDAN TIT	01054491370	FLEX	2015/2015	QLN- 5078	8AFSZZFFCFJ332299	MACAPÁ/AP	03
02	FOCUS SEDAN SE	00595376746	FLEX	2013/2014	NEQ- 7067	8AFSZZFFCEJ184199	MACAPÁ/AP	10
03	FOCUS SEDAN SE	00595380476	FLEX	2013/2014	NEQ- 7068	8AFSZZFFCEJ184203	MACAPÁ/AP	10
04	RANGER XLT	00994169809	DIESEL	2013/2014	NFB- 8302	8AFAR23L6EJ185158	MACAPÁ/AP	03
05	RANGER XLT	00994171676	DIESEL	2013/2014	NFB- 8303	8AFAR23L3EJ194786	MACAPÁ/AP	03
06	RANGER XLS	00537570683	DIESEL	2013/2013	NEI- 2135	8AFAR23L8DJ116163	MACAPÁ/AP	04
07	L200 TRITON GLX	01143955746	DIESEL	2018/2018	QLP- 7623	93XXJKL1TJCJ07177	MACAPÁ/AP	01
08	L200 TRITON GLX	01143955207	DIESEL	2018/2018	QLP- 7622	93XXJKL1TJCJ07191	MACAPÁ/AP	01
09	L 200 TRITON GL	01105930901	DIESEL	2016/2017	QLO- 7422	93XLNKB8THCG29162	PEDRA BRANCA DO AMAPARI/AP	06
10	L 200 TRITON GL	01105931541	DIESEL	2016/2017	QLO- 7424	93XLNKB8THCG29170	OIAPOQUE/AP	06
11	L 200 TRITON GL	01105932246	DIESEL	2016/2017	QLO- 7425	93XLNKB8THCG29164	MACAPÁ/AP	06
12	L 200 TRITON GL	01105983118	DIESEL	2016/2017	QLO- 7435	93XLNKB8THCG29159	MACAPÁ/AP	06
13	L 200 TRITON GL	01105983673	DIESEL	2016/2017	QLO- 7436	93XLNKB8THCG29157	AMAPÁ/AP	01
14	L 200 TRITON GLS	00569929903	DIESEL	2013/2013	NEM- 4482	93XJNKB8TDCCD78314	MACAPÁ/AP	05
15	L 200 TRITON GLS	00569931924	DIESEL	2013/2013	NEM- 4522	93XJNKB8TDCCD78675	MAZAGÃO/AP	05
16	L 200 TRITON GLS	00569935776	DIESEL	2013/2013	NEM- 4582	93XJNKB8TDCCD77496	LARANJAL DO JARI/AP	05
17	L 200 TRITON GLS	00569938791	DIESEL	2013/2013	NEM- 4612	93XJNKB8TDCCD78310	SANTANA/AP	05
18	L 200 TRITON GLS	00569940478	DIESEL	2013/2013	NEM- 4622	93XJNKB8TDCCD78279	TARTARUGAL ZINHO/AP	05
19	L 200 TRITON GLS	00569941881	DIESEL	2013/2013	NEM- 4632	93XJNKB8TDCCD78815	PORTO GRANDE/AP	05
20	LOGAN EXP 1.6 SE	01144502036	FLEX	2018/2018	QLP- 7773	93Y4SRFH4JJ244111	MACAPÁ/AP	01
21	LOGAN EXP 1.6 SE	01144500955	FLEX	2018/2018	QLP- 7772	93Y4SRFH4JJ243475	MACAPÁ/AP	01
22	LOGAN EXP 1.6 SE	01143953352	FLEX	2018/2018	QLP- 7618	93Y4SRFH4JJ242434	MACAPÁ/AP	01
23	LOGAN EXP 1.6 SE	01143954120	FLEX	2018/2018	QLP- 7620	93Y4SRFH4JJ242675	MACAPÁ/AP	01
24	LOGAN EXP 1.6 SE	01143954588	FLEX	2018/2018	QLP- 7621	93Y4SRFH4JJ242939	MACAPÁ/AP	01
25	FIESTA 1.6	00521117526	FLEX	2013/2013	NEI 8219	9BFZF55P2D8471721	MACAPÁ/AP	05
26	FIESTA 1.6	00521603455	FLEX	2013/2013	NEI	9BFZF55P1D8471743	MACAPÁ/AP	05





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ

TRE/AP  
Fls. \_\_\_\_\_

					8222			
27	FIESTA 1.6	00525292020	FLEX	2013/2013	NEI 8228	9BFZF55P4D8471980	MACAPÁ/AP	05
28	RENAULT MASTER - VAN	00532199510	DIESEL	2012/2013	NEI 1382	93YADC1L6DJ425277	MACAPÁ/AP	05
29	MB CAMPIONE - ÔNIBUS	00568672844	DIESEL	2013/2013	OQS 9428	9BM384076DB909809	MACAPÁ/AP	04
30	MB ACELLO - CAMINHÃO BAÚ	01047342941	DIESEL	2014/2014	QLN 3056	9BM979028ES027951	MACAPÁ/AP	03

### CLÁUSULA DÉCIMA - DA APÓLICE

**10.1** - O custo, por apólice, a ser pago pelo TRE-AP deverá estar incluso no valor proposto pela seguradora, discriminadamente no corpo da planilha de formação de custos fornecida pela seguradora. Esse custo deverá ser pago uma única vez;

**10.2** - A empresa deverá entregar as apólices na Seção de Transportes do TRE/AP no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da emissão de nota de empenho;

**10.3** - O mesmo prazo valerá para emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus etc., a contar de pedido expresso pela Seção de Transportes do TRE/AP.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BÔNUS

**11.1** - A contratada, deverá observar os bônus já existentes nas atuais apólices, consoante relação de veículos na Cláusula Nona, elevando, em mais 01 (um), a bonificação para o período da vigência das apólices;

**11.2** - Na ocorrência de sinistro, a empresa poderá diminuir a bonificação em menos 01 (um), de acordo com informações constantes na Cláusula Nona e os bônus atualizados com a nova contratação.

**11.3** - Em caso de prorrogação do contrato, a bonificação será aumentada em 1 (um) para cada veículo sem ocorrência de sinistro.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GUARDA E UTILIZAÇÃO E RASTREAMENTO DOS VEÍCULOS

**12.1** Os veículos são conduzidos por motoristas terceirizados - todos com habilitação categoria "D" - e servidores habilitados - maiores de 21 anos de idade -, e enquanto no TRE/AP e Zonas Eleitorais, permanecem recolhidos em estacionamento privativo e fechado.

**12.2** - Todos os veículos constantes na Cláusula Nona são rastreados e monitorados eletronicamente via satélite GPS/GPRS/SATELITAL.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS SALVADOS

**13.1** - Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

**13.2** - É de inteira responsabilidade da seguradora contratada providenciar a transferência dos salvados e o devido encerramento de registro em nome da contratada junto aos órgãos pertinentes.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO

**14.1** - Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículos, durante o período da vigência da apólice, a contratada deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que originou a contratação.

**14.2** - Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

**14.3** - A devolução deverá ser realizada mediante pagamento de GRU, devendo a empresa enviar comprovante de quitação ao contratante.

**14.4** - O contratante poderá comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, 2 (dois) outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento poderá ser adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a contratada obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXCLUSÃO

**15.1** - Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículos, a contratada deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública,



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ

TRE/AP  
Fls. \_\_\_\_\_

mediante a fórmula:

$X \div 12 = Y$  e  $Y \times Z = VT$ , onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo

12 = número total de meses da apólice

Y = Valor mensal do prêmio por veículo

Z = Número de meses restantes para o término da apólice

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública

**15.2.** O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo contratante à contratada. Essa comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento.

**15.3.** Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 (quinze) dias.

**15.4.** A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante pagamento de GRU, devendo a contratada enviar comprovante de quitação para o contratante.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

**16.1** responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições em vigor;

**16.2** fornecer à contratada todas as informações necessárias visando propiciar a perfeita execução dos serviços;

**16.3** assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;

**16.4** efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no Termo de Referência e na proposta final da Contratada;

**16.5** promover, através de servidor designado pelo TRE-AP, o acompanhamento e a fiscalização do Contrato, em conformidade com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**17.1** executar os serviços objeto da Contratação rigorosamente em conformidade com todos os prazos e condições estabelecidos neste instrumento;

**17.2** entregar a Apólice de Seguro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da aceitação da "Proposta da Seguradora" (art. 2º, § 2º, do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 60.459, de 13.3.1967);

**17.3** pagar ao Segurado a indenização, em caso de sinistro, em, no máximo, 10 (dez) dias úteis após o recebimento, pela Seguradora, da documentação necessária à sua liberação;

**17.4** não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência do Contratante;

**17.5** manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

**17.6** a Contratada será responsável por todo e qualquer dano pessoal ou material causados aos bens pertencentes ao TRE-AP, quando resultantes de ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia dos seus empregados ou prepostos, bem como reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução dos serviços.

**17.6** Para endosso de inclusão, exclusão, ou de correção de dados como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a contratada disporá de 15 (quinze) dias para apresentar proposta, a contar do recebimento do pedido expresso pelo contratante, e 5 (cinco) dias para efetivar o endosso, a contar da autorização do contratante.

**17.7** Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da legislação vigente;

**17.8** Manter todos os seus empregados identificados mediante uso de crachás quando em circulação nas dependências da CONTRATANTE;

**17.9** Apresentar no momento da liquidação/pagamento da despesa pelo CONTRATANTE, certidões de regularidade fiscal junto ao INSS, FGTS e CNDT válidas, sob pena de aplicação de penalidade prevista na tabela constante do **item 18.4**

**17.10** Em atendimento ao disposto nos artigos 55, inciso XIII, 78, inciso I, 80, inciso III e 87, da Lei 8.666/93, a contratada deverá manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, caso contrário estará sujeita às penalidades previstas na Legislação citada, bem como na Cláusula Décima Oitava deste Contrato, no que couber.

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS PENALIDADES

**18.1** Pela inexecução total ou parcial dos serviços, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na **Lei nº 10.520/02 (Lei do Pregão)**, e, de acordo com o artigo 9º da **Lei 10.520/2002, subsidiariamente** (<sup>1</sup>Acórdão Plenário TCU nº 2.530/2015 e <sup>2</sup>Parecer AGU nº 05/2015/CPLC) na **Lei nº 8.666/93**,<sup>1</sup> a serem aplicadas pela autoridade competente do TRE-AP,

<sup>1</sup> "Acórdão 2530/15 – Plenário/TCU, assim se manifestou sobre o tema: *Os dispositivos estão inseridos em leis diferentes e tratam do assunto dando*



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ

TRE/AP  
Fls. \_\_\_\_\_

conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos, porventura causados à Administração, e das cabíveis cominações legais.

**18.1.1 De acordo com a Instrução Normativa TRE/AP nº 13, de novembro de 2016, alterada pela Instrução Normativa nº 17, de 21 de agosto de 2018**, as contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá - TRE/AP, ficarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente:

**I - No caso de Pregão: impedimento** de licitar e contratar com a União, e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, **(artigo 7º da Lei 10.520/2002);**

**18.1.2** A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União **(artigo 7º da Lei 10.520/2002)** e será descredenciada no Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 20% (vinte por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

**18.1.2.1.** Cometer fraude fiscal;

**18.1.2.2.** Apresentar documentação falsa;

**18.1.2.3.** Fizer declaração falsa;

**18.1.2.4.** Comportar-se de modo inidôneo;

**18.1.2.5.** Não assinar o Contrato no prazo estabelecido;

**18.1.2.6.** Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

**18.2** Será aplicável, cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de até 30% (trinta por cento), sobre o valor total do Contrato, na ocorrência de **inexecução total** do contrato, e, na ocorrência de **inexecução parcial**, de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, reconhecendo, desde já, a contratada os direitos da Administração, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93;

**18.2.1** Poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as multas convencionais e juros de mora, as sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração contratante, declaração de inidoneidade (Lei nº 8.666/93), bem como impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública (Lei nº 10.520/02).

**18.3** A contratada, durante a execução do contrato, ficará sujeita à pena de advertência, a cobrança de multas compensatórias e/ou moratórias e multas por atraso na entrega dos serviços ou inobservância de cláusula contratual, variável de acordo com a gravidade da infração.

**18.4** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídas as seguintes sanções, conforme a seguir:

INFRAÇÃO		
GRAU	CORRESPONDÊNCIA	GRAU
1	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Contrato não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência.	Advertência
2	Ultrapassar os prazos definidos para prestar informações ou executar serviços, por item e por ocorrência.	Advertência
3	Cometer faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante.	Advertência
4	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução do fiscalizador, por ocorrência.	Multa de 0,4% por dia ou por ocorrência, conforme o caso, sobre o valor total do contrato .
5	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Contrato não previstos nesta tabela de multa, <b>após reincidência</b> formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	. Multa de 0,8% por dia ou por ocorrência, conforme o caso, sobre o valor total do contrato .
6	Deixar de executar os serviços quando solicitado no prazo de 01 (um) dia.	Multa de 1,6% por dia ou por ocorrência, conforme o caso, sobre o valor total do contrato .
7	<b>Deixar de cumprir a obrigação contida na</b>	Multa de 1,6% por dia ou por

tratamento diferenciado em cada situação. 8. No meu entender, a Lei 10.520/2002 criou mais uma sanção que pode integrar-se às previstas na Lei 8.666/1993."

<sup>2</sup> Parecer nº 05/2015 da Câmara Permanente de Licitações e Contratos da AGU: **Teoria do diálogo das fontes**: "ambas as leis (8.666/93 e 10.520/02) igualmente tratam de normas gerais de licitação – sanções e modalidade licitatórias – devendo suas disposições serem acomodadas, e não excludentes entre si."



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ

TRE/AP  
Fls. \_\_\_\_\_

	<b>Cláusula Décima Sétima, itens 17.9 e 17.10.</b>	ocorrência, conforme o caso, sobre o valor total do contrato.
8	Em caso de, assim entendida pela fiscalização, inexecução parcial do objeto. (item 18.2)	Multa compensatória de até 10% (dez por cento), sobre o valor total do contrato.
9	Em caso de inexecução total do objeto. (item 18.2)	Multa compensatória de até 30% (trinta por cento), sobre o valor total do contrato.

**18.5** As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do contratante, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**18.6** O valor da multa apurado após regular procedimento administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante ou cobrado judicialmente.

**18.7** Na aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula, a autoridade competente poderá se valer dos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, e da prevalência e indisponibilidade do interesse público, em decorrência de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados.

**18.8** Do ato que aplicar as penalidades caberá recurso na forma do art. 109, da Lei nº 8.666/93.

**18.9** Se a contratada não recolher o valor da multa que lhe for aplicada, dentro de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente, ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês.

**18.10** A recusa da licitante em retirar a nota de empenho, no prazo estipulado, será considerada como inexecução total da obrigação assumida.

**18.11** O contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à contratada.

**18.12** O período de atraso será contado em dias corridos.

**18.13** Sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei, no que for aplicado.

**18.14** Fica estabelecido que os casos omissos serão resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto do presente contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial as Leis nº 8.666/93, aplicando-lhes, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

**18.15** A competência para aplicação das sanções previstas no contrato, observado em todos os casos o direito de ampla defesa, nos termos da Lei nº 8.666/93 e na Instrução Normativa TRE/AP nº 13, de novembro de 2016, alterada pela Instrução Normativa TRE/AP nº 17, de 21 de agosto de 2018, será:

SANÇÃO	COMPETÊNCIA
-Advertência. (art. 87, I da Lei 8.666/93)	Fiscal do contrato.
-Multa por atraso na entrega dos serviços ou por inobservância de cláusula contratual.	Diretor-Geral.
-Quando for aplicada penalidade por prazo não superior a 6 (seis) meses (IN nº 13/2016).	
-Multa compensatória por inadimplemento (inexecução total do contrato);	Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.
-Multa moratória por inexecução parcial do contrato;	
-Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; (art. 87, III da Lei 8.666/93).	
-impedimento de licitar e contratar com a União, e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato. (artigo 7º da Lei 10.520/2002).	
-Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o TRE-AP. (art. 87, IV da Lei 8.666/93).	

**18.16** Além das sanções previstas no item 18.4, poderá ser aplicada no caso de Pregão, a sanção de advertência nos casos de negligência, atrasos na execução e na ocorrência de faltas corrigíveis, quando o contratado não for reincidente, servindo como prenúncio para aplicação de sanção mais severa (Art. 3º, § 2º da IN nº 13/2016, alterada pela Instrução Normativa nº 17, de 21 de agosto de 2018).



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ

TRE/AP  
Fls. \_\_\_\_\_

**18.17** Quando a sanção de advertência não for cumulada com multa, o gestor ou o servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato analisará as razões da contratada e decidirá de pronto pela aplicação ou não da penalidade (Art. 18, § 2º da IN nº 13/2016).

**18.18** De acordo com o Art. 22 da IN nº 13/2016, alterada pela Instrução Normativa nº 17, de 21 de agosto de 2018), da decisão que aplicar as sanções previstas nesta Instrução Normativa, caberá recurso administrativo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

**18.19** O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o encaminhará à autoridade superior (Art. 22, § 1º da IN nº 13/2016, alterada pela Instrução Normativa nº 17, de 21 de agosto de 2018).

**18.20** O recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas (Art. 22, § 2º da IN nº 13/2016, alterada pela Instrução Normativa nº 17, de 21 de agosto de 2018).

**18.21** Os atos administrativos de aplicação das sanções, com exceção de advertência, multa por atraso na entrega dos serviços ou por inobservância de cláusula contratual serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO AVISO DE SINISTRO

**19.1.** A contratada deverá colocar à disposição do contratante, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

**19.2.** A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço on line, com acessibilidade em todo o território nacional.

**19.3.** Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a contratada terá, no máximo 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

**19.4.** Havendo necessidade de reboque, a contratada deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas após o aviso de sinistro.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

**20.1.** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir das 00:00h do dia 13/07/2019 até as 24:00 h do dia 12/07/2020, ou, a partir da data de sua assinatura se esta ocorrer após a data referida, podendo ser prorrogado por até 60 meses, desde que a cada período de 12 (doze) meses, sejam avaliadas a necessidade e a qualidade do serviço, bem como, se os valores estão compatíveis com os praticados pelo mercado.

**20.2** A Apólice de Seguro terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data descrita no item 20.1.

**20.3.** Este Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei nº 8.666/1993.

**20.4.** Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, sujeita-se, a Contratada, ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

**21.1.** Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

**22.1.** Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado do Amapá.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Macapá (AP), \_\_\_\_ de junho de 2019.

**Desembargador ROMMEL ARAÚJO DE OLIVEIRA**  
**Presidente do TRE/AP**  
**CONTRATADA**